

# O ensino inessencial

## Educação

ESTADO DE M  
1960

Comentando seja o irrealismo, sejam os vícios técnicos da Medida Provisória nº 50, que regulamenta ou pretende regulamentar o direito de greve consagrado pela Constituição vigente, esta folha já deu, no último domingo, sua opinião sobre o assunto, em linhas gerais. Não é, pois, para discutir outra vez questões já tratadas que nos vamos reportar à referida Medida Provisória, em especial ao art. 7º, que define as atividades ou serviços que o governo federal considera essenciais, o que significa, implicitamente, que os ai não mencionados não integram essa categoria. Seríamos quase tentados a dizer que, de acordo com a distinção filosófica clássica entre o essencial e o acidental, entre a essência (substância) e o acidente, tudo o que não está enfeixado pelo citado art. 7º é, aos olhos do governo, meramente acidental. Aliás, seria mesmo de esperar-se de um governo que mais ladeia as questões do que as enfrenta, que se mostrou ademais incapaz de definir uma política séria e consequente para o País, a exclusão do ensino na sua compreensão do que são "serviços ou atividades essenciais".

É impressionante, num tempo em que a civilização se alicerça fundamentalmente no conhecimento; num tempo em que, superando em importância os setores primário, secundário e terciário da economia, se define um "setor quaternário", a que alguns se referem como a "indústria do conhecimento", não se perceba que o ensino — do nível elementar à pós-graduação, esta envolvendo os diversos planos do pós-doutorado — é, afinal, o suporte fundamental da verdadeira revolução no modo de vida humano que já se prenuncia e que deverá impor-se de vez no século XXI. É impressio-

nzante, ou melhor, seria impressionante que isso não fosse percebido caso não estivéssemos no Brasil, em que a educação, em geral, e o ensino, em especial, não costumam merecer da grande maioria dos nossos políticos e governantes mais do que declarações retóricas de amor, com objetivos visivelmente demagógicos, como os que se vislumbram em diversos artigos de nossa Constituição. Mesmo uma disposição importante, como a que vincula, no mínimo 18% da receita federal de impostos e 25% da estadual e municipal ao ensino acaba por ficar longe do alcance que deveria ter, já que o *minimo* tende a ser entendido pelos nossos políticos e governantes como o *máximo* — o que levou, aliás, recentemente, o folclórico governador de Minas Gerais, Estado que estava a "gastar demais" nesse campo (33%) a providenciar a redução do "desperdício" para o *minimo* constitucionalmente fixado.

Infelizmente, aliás, não é apenas aos políticos em geral e aos governantes, em particular, que falta a exata compreensão do significado do ensino — e do bom ensino — para garantir a própria viabilidade do País e o seu ingresso na modernidade, modernidade essa que, entre nós, é ainda privilégio de algumas "ilhas de civilização", que devem arcar com o peso do atraso generalizado e de um Estado clientelista e incompetente, que trata, de forma quase sistemática, de tudo o que não deveria tratar e que descura o cumprimento de suas funções precípuas. Pela própria avalanche de greves e de fuga às responsabilidades que se registram em todos os graus do ensino, pelos mais variados motivos ou pretextos (embora o aparente seja sempre a "recomposição salarial"), pode di-

zer-se que no seio do próprio magistério não há, realmente, o reconhecimento do papel que o ensino — e só ele — pode desempenhar no acesso do País à civilização altamente requintada em que os países evoluídos do Ocidente (incluindo-se aí o Japão, desde que o conceito seja tomado mais no âmbito civilizatório do que no geográfico) já penetraram.

Várias vezes, e de vários ângulos, temos denunciado os círculos viciados em que gira o ensino nacional, cada vez pior e mais inadequado, com alunos cuja ignorância é assustadora e que, ensinados por professores com alarmante freqüência incompetentes, do primário à universidade, irão naturalmente transformar-se (caso um esforço de autodidatismo, que já deveríamos ter superado há muitos anos, não os salve de algum modo) em educadores ainda menos competentes do que os que hoje proliferam no País, ressalvados, obviamente, os que continuam à altura de sua tarefa mas que estão, infelizmente, a escassar. E essa situação não será de forma alguma revertida se não forem atraídos para o magistério, em todos os seus níveis, os elementos mais competentes e capacitados, os quais, evidentemente, não se irão dedicar a uma profissão mal paga, que perdeu o seu *status social* e que é olhada com crescente desconfiança pela coletividade, a vista, precisamente, de sua fuga às suas responsabilidades específicas, trocando o trabalho de ensinar (e também o de pesquisar, no caso das universidades) pelo assembleísmo vazio e pelo grevismo profissional.

Para fugir, por seu lado, à responsabilidade de considerar o ensino — ao lado da saúde pública — a atividade capital em que o Estado deve engajar-se, seja direta, se-

ja indiretamente, auxiliando a iniciativa privada pedagógica e cobrando dela resultados eficazes, como eficazes devem ser os resultados a cobrar do ensino oficial, nossos governantes preferem *desconversar*, já que, metidos nas suas "tricas e futrucas" políticas e na disputa por um poder que os cega para tudo o mais, não estão realmente preocupados, por pouco que seja, salvo as raras exceções que, como sempre, confirmam a regra, com a escola, o ensino e a educação. A juventude os interessa como "potencial eleitoral" — *potência* que agora chega mais depressa ao *ato*, com o voto infanto-juvenil consagrado pela Constituição — e não como a própria substância do Brasil de amanhã. E os professores, igualmente, são, para eles, apenas uma *dor de cabeça* incômoda (a não ser pela sua eventual força eleitoral), da qual o importante é se livrar.

Assim, se não existe entre nós uma verdadeira política de ensino, se não se reconhece, a não ser retoricamente e em ocasiões soleares, a necessidade de melhorar substancialmente o nível do pessoal ensinante, atraindo para o magistério vocações e competência — o que significa *gastar e saber gastar* — como reconhecer no setor uma atividade essencial?

Que a massa dos professores, mal pagos, frustrados, insatisfeitos, cada vez menos preparados (a *massa*, porque sempre há os que continuam a honrar uma profissão que não é mais honrada) façam, então, as suas greves, seja por quanto tempo for, que isso não terá maior importância, já que, para a nossa "classe política" o ensino não é, positivamente, uma atividade ou serviço essencial, mas um *acidente* desagradável que, afinal, se há de manter, ao menos para salvar as aparências.